

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	CB (Brasil)
Fonte	
Data	19/12/2001 Pg 8
Class.	459

MEIO AMBIENTE

Governo federal desiste de exigir selo verde para comercialização de mogno. Ambientalistas temiam que madeireiras forjassem documento

Ibama cede a ONGs

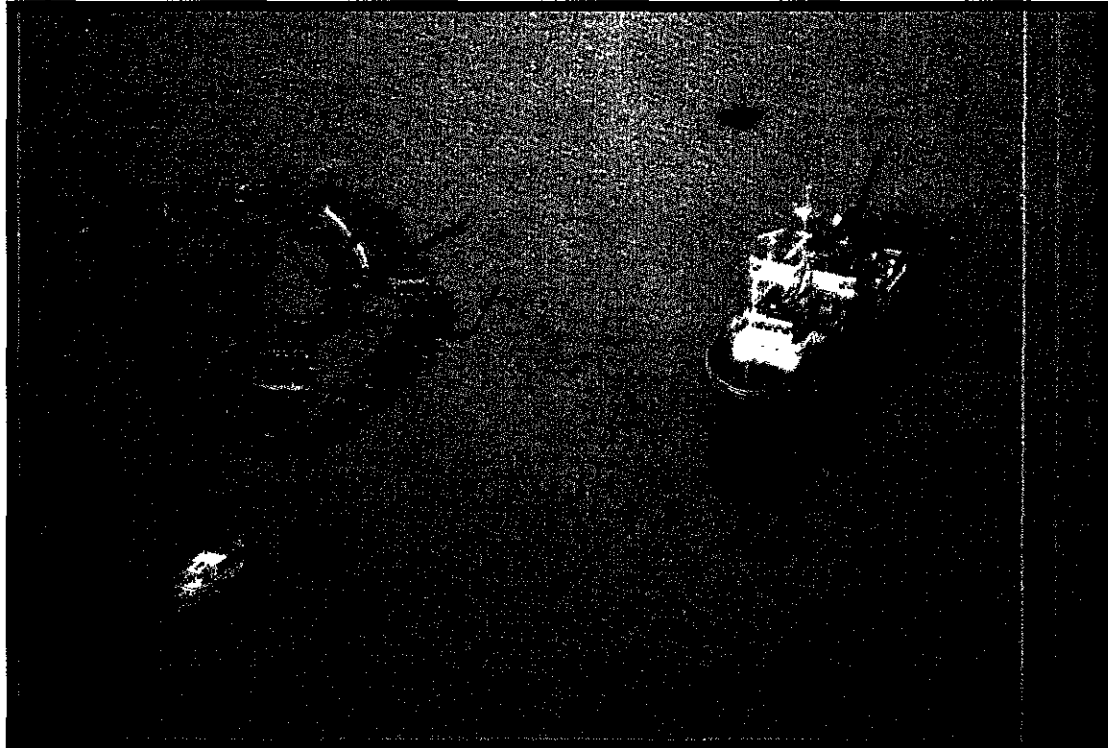
Cristina Ávila
Da equipe do Correio

Menos de um mês depois de proibir a comercialização de mogno sem certificação de qualidade e origem, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai rever a decisão. O presidente do órgão, Hamilton Casara, cedeu a pressões de ambientalistas. Eles alegam que, na forma que foi adotada, a medida permitiria que as próprias madeireiras criassem os certificados, sem atender aos critérios legais de preservação ambiental.

A certificação de qualidade e origem é uma espécie de selo verde, garantia de que a madeira é explorada com respeito aos trabalhadores e sem depredação do meio ambiente. Trata-se de um documento com reconhecimento internacional, expedido no Brasil pelo Conselho de Manejo Florestal, formado por empresas e organizações não-governamentais, com sede no México (FSC, Forest Stewardship Council).

O selo é uma exigência de mercado, uma qualidade a mais do produto, como um ISO 9000 florestal. No último dia 5, com a edição da instrução normativa 22, o Ibama tentou imitar o mercado, exigindo o selo de garantia, para facilitar a fiscalização. Acabou criando confusão. Os ambientalistas aler-

Rodrigo Baleia/Reuters 18.05.00



PELO MENOS 40 MIL METROS CÚBICOS DE MOGNO FORAM EXTRAÍDOS ILEGALMENTE NO PARÁ EM 2001

tam que a fiscalização das exigências normais dos projetos de exploração madeireira seria suficiente para evitar a depredação ambiental.

“Para atender à nova exigência do Ibama, empresas irregulares criariam seus próprios selos verdes, facilitando o comércio irregular e confundindo os consumidores”, afirma o secretário-geral do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil),

Garó Batmanian. Outras organizações não-governamentais se manifestaram contra a instrução normativa do Ibama. Entre elas o Greenpeace, Amigos da Terra e o próprio Conselho de Manejo Florestal.

Embora apoiem a suspensão da comercialização do mogno, as ONGs apontam vários problemas na decisão do Ibama. “A instrução normativa não estabelece quem pode emitir o cer-

tificado e nem esclarece os critérios para a certificação”, explica Batmanian.

Hamilton Casara disse que ainda nesta semana vai editar outra instrução normativa, consertando os problemas. Mas alega que a medida funcionou. “Conseguimos evitar que fossem derrubados 64 mil metros cúbicos de mogno nesta safra, proibindo a exploração no Pará, Acre e Mato Grosso.”